



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190820001296  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c224-a297-f166-f1a8

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



# TUA

## TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

*O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.*

*O presente TUA consubstancia-se no indeferimento do pedido de licenciamento, por não estarem garantidos os requisitos definidos na legislação específica aplicável.*

### DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20190820000316
REQUERENTE	PAREM - Parque Eólico do Marão, Lda
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	508606195
ESTABELECIMENTO	Parque Eólico do Marão
LOCALIZAÇÃO	EM 1240
CAE	35113 - Produção de eletricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n e.

### CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



INDEFERIMENTO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190820001296  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c224-a297-f166-f1a8

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## ENQUADRAMENTO

### SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
AIA	PL20180327002535	X	X	Anexo II, n.º 3 alínea i) d - Artigo 1.º, n.º 3 alínea b), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual	20-08-2019	-	-	Não	Desfavorável	Agência Portuguesa do Ambiente



## LOCALIZAÇÃO

### Mapa



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190820001296  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c224-a297-f166-f1a8

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



## Confrontações

Norte	-
Sul	-
Este	-
Oeste	-

## Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)

Área coberta (m2)

Área total (m2)



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190820001296  
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c224-a297-f166-f1a8

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

## Localização

Localização

Concelho de Amarante (freguesia de Ansiães) e Concelho de de Freguesias de Teixeira e Teixeiró)



**INDEFERIMENTO**

## Anexos

Código	Ficheiro	Descrição
C060032	AIA3225_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental



**ANEXOS TUA**

## Anexos

Código	Anexo	Descrição
C060033	AIA3225_DIA(anexoTUA).pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

**Declaração de Impacte Ambiental  
(Anexo ao TUA)**

<b>Designação do projeto</b>	Parque Eólico da Serra do Marão
<b>Fase em que se encontra o projeto</b>	Estudo Prévio
<b>Tipologia do projeto</b>	Anexo II, n.º 3 alínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
<b>Enquadramento no regime jurídico de AIA</b>	Artigo 1.º, n.º 3 alínea b), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
<b>Localização (freguesia e concelho)</b>	Concelho de Amarante (freguesia de Ansiães) e Concelho de Baião (União de Freguesias de Teixeira e Teixeira)
<b>Identificação das áreas sensíveis</b>	Sítio de Importância Comunitária (SIC) PTCON0003 - Alvão/Marão, integrado na Rede Natura 2000, e Zona Importante para as Aves e Biodiversidade (IBA) "Serras de Alvão e Marão" (PT049)
<b>Proponente</b>	PAREM - Parque Eólico do Marão, Lda.
<b>Entidade licenciadora</b>	Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
<b>Autoridade de AIA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

<b>Descrição sumária do projeto</b>	<p>O Parque Eólico da Serra do Marão destina-se ao aproveitamento da energia eólica para produção de energia elétrica, através da instalação de oito aerogeradores, com uma potência unitária de 2,5 MW, e uma potência total na ordem dos 20 MW, com a qual se estima produzir cerca de 85 GWh/ano.</p> <p>A ligação ao Serviço Elétrico Nacional (SEN) será estabelecida através de uma linha elétrica aérea, a 60 kV, com um comprimento aproximado de 12,5 km, que ligará o parque eólico à subestação de Telheiras. Foi apresentada uma outra hipótese de ligação ao posto de corte da Campeã, com um comprimento estimado de 3 km.</p> <p>O projeto implica ainda a instalação/execução dos seguintes elementos e infraestruturas principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 8 aerogeradores, com uma potência unitária de 2,5 MW;</li> <li>- 8 plataformas de apoio à montagem dos equipamentos;</li> <li>- Fundações dos aerogeradores, em betão armado;</li> <li>- Rede interna de distribuição a 30 kV, por cabos enterrados em valas, de interligação dos aerogeradores à subestação;</li> <li>- Posto de corte e proteção a 30 kV a ser instalado no interior do edifício de comando;</li> <li>- Subestação do parque eólico;</li> </ul>
-------------------------------------	--

	<p>- Construção e beneficiação de acessos.</p> <p>Grande parte dos locais de implantação dos aerogeradores e subestação são acessíveis através de caminhos florestais existentes que serão aproveitados e requalificados, por forma a servir o Parque Eólico da Serra do Marão.</p> <p>Ainda assim, na zona do parque teria que se proceder à melhoria das condições dos caminhos florestais, agrícolas e outros existentes, designadamente quanto a regularização do piso e algum tratamento da superfície de rodagem, por pavimentação com uma camada de tout-venant devidamente regada e compactada. Teria ainda de ser melhorado o correspondente sistema de drenagem das águas pluviais. Em locais pontuais é necessária alguma correção do traçado a fazer, de forma a possibilitar a passagem dos meios de transporte para a instalação dos equipamentos.</p> <p>O perfil transversal tipo a adotar apresenta uma plataforma de 5 m de largura (incluindo a zona para colocação dos cabos elétricos), onde se pavimentará, com tout-venant, uma faixa de rodagem de 4 m de largura. Em escavação será executada uma valeta de drenagem das águas pluviais.</p> <p>O EIA propõe a instalação de um estaleiro junto ao edifício da subestação com uma área de 1 000 m<sup>2</sup>.</p> <p>Foi estimado que os trabalhos de escavação e aterro para as fundações dos aerogeradores, fundações da subestação, caminhos existentes a melhorar ou a abrir, abertura da vala elétrica e construção de plataformas, poderão representar um volume de cerca de 15 000 m<sup>3</sup>.</p> <p>Não se considera o volume sobranter associado à vala elétrica, pois será redistribuído ao longo da vala de forma a regularizar o terreno e assim repor as condições morfológicas semelhantes às iniciais. Assim, considera-se que existirá um equilíbrio entre os volumes de escavação e aterro, conseguido pela dispersão das terras sobranter pelas várias plataformas dos aerogeradores.</p> <p>Prevê-se que a construção do parque eólico seja aproximadamente de 8 a 10 meses e que a fase de exploração (vida útil) seja de 20 a 25 anos.</p>
<p><b>Síntese do procedimento</b></p>	<p>O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 29/10/2018, após receção de todos os elementos necessários à boa instrução do mesmo.</p> <p>A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da própria APA, do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), da Direção Geral de Energia e Geologia (DGE), e do Instituto Superior de Agronomia / Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (ISA/CEABN).</p> <p>A metodologia adotada para concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:</p>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação da Conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), da documentação adicional e consulta do estudo prévio:             <ul style="list-style-type: none"> <li>– Foi considerada necessária a apresentação de elementos adicionais, os quais foram submetidos pelo proponente sob a forma de Aditamento ao EIA.</li> <li>– Após análise deste documento, foi considerado que o mesmo, de uma maneira geral, dava resposta às lacunas e dúvidas anteriormente identificadas pelo que o EIA foi declarado conforme a 9 de abril de 2019.</li> <li>– Sem prejuízo de ter sido declarada a conformidade do EIA, a CA verificou que persistiam questões/elementos por apresentar e esclarecer, pelo que solicitou a apresentação de elementos complementares, os quais foram entregues atempadamente pelo proponente.</li> </ul> </li> <li>• Abertura de um período de Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, de 15 de abril a 29 de maio de 2019.</li> <li>• Solicitação de parecer específico a entidades externas à CA.</li> <li>• Visita de reconhecimento ao local de implantação do projeto no dia 17 de maio de 2019, tendo estado presentes representantes da CA, do proponente e da empresa que elaborou o EIA.</li> <li>• Apreciação ambiental do projeto, com base na informação disponibilizada no EIA e respetivo Aditamento e Elementos Complementares, tendo em conta as valências das entidades representadas na CA, integrada com as informações recolhidas durante a visita ao local e ponderados todos os fatores em presença, incluindo os resultados da participação pública.</li> <li>• Elaboração do Parecer Final da CA, que visa apoiar a tomada de decisão relativamente à viabilidade ambiental do projeto.</li> <li>• Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública.</li> <li>• Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo.</li> <li>• Concluído o período de audiência de interessados sem que o proponente tivesse apresentado alegações, foi emitida a presente decisão.</li> </ul>
--	---

<p><b>Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas</b></p>	<p>No âmbito da consulta às entidades externas à CA, prevista no n.º 11 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, foram recebidos pareceres da ProGeo Portugal e da Sociedade Geológica de Portugal. Estas entidades demonstram grandes preocupações relativas à construção do parque eólico, sendo que a Sociedade Geológica de Portugal é mesmo desfavorável à implantação do mesmo.</p> <p>A <u>ProGeo</u> informa que o inventário nacional do património geológico (disponível em <a href="http://geossitios.progeo.pt">http://geossitios.progeo.pt</a>) reúne os geossítios de relevância</p>
--	---

nacional e internacional em Portugal.

Neste parecer é referido que a área de implantação do projeto coincide com o geossítio “Quartzitos da Serra do Marão”, integrado na categoria temática “Transversal à zona de cisalhamento varisco em Portugal”. Informa que este Geossítio abrange uma área com cerca de 7,6 km<sup>2</sup> onde ocorrem quartzitos do Ordovícico Inferior que exemplificam as fácies detríticas indicadoras de ambientes pouco profundos que predominavam a norte no autóctone da Zona Centro-Ibérica e que evidenciam a intensa deformação associada à génese do orógeno Varisco.

Refere que a análise da cartografia do EIA permitiu detetar que a implantação da subestação e dos aerogeradores AG2, AG3, AG4 e AG6 podem constituir ameaças à integridade de alguns dos elementos patrimoniais do geossítio: a localização da SE é próxima do ponto M3A; AG2 é próximo do ponto M11 e coincide com o ponto M7A; AG3 é próximo do ponto M9B; AG4 é próximo dos pontos M10A, M14 e M14A; AG6 é próximo do ponto M10B.

Concorda com o referido no EIA relativamente aos impactes negativos na fase de construção que prevê a destruição do substrato geológico e alteração da morfologia, considerada como impacte negativo, permanente e irreversível.

No seu parecer a ProGeo refere ainda que devem ser tidos especiais cuidados com esses elementos de património geológico, principalmente na fase de construção e requalificação dos acessos, sendo a situação mais grave relacionada com a construção de caminho de acesso ao aerogerador AG2, a qual implica a destruição de estruturas sedimentares do Membro Ermida da Formação Marão, consideradas de grande valor científico (ponto M7A).

A Sociedade Geológica de Portugal apresenta em anexo um parecer de um especialista em geologia da Serra do Marão. Esta sociedade refere que concorda totalmente com este parecer, resumindo as suas principais conclusões, a saber:

*“1 – a instalação de um dos aerogeradores (AG3) sobre um limite geológico entre duas formações onde o mesmo é muito raro de observar em qualquer outro lado irá prejudicar fortemente evidências da sua ocorrência;*

*2 – do ponto de vista da paisagem (dada a grandiosidade dos afloramentos a demonstração da Geologia, na região, é feita, também à dimensão da paisagem) é possível observar “com todo o detalhe uma sequência completa da formação quartzítica, afetada por magníficas estruturas (dobras e falhas Variscas) permitindo uma perspetiva sem igual em Portugal (ver fotografias abaixo)” e ... “ao nível da Ibéria”.*

*3 – é um local que “tem escapado praticamente virgem à intervenção humana” ... e “não só um magnífico local para observação da estrutura do Marão, mas também da geomorfologia do norte de Portugal”.*

Refere ainda que a destruição da paisagem geomorfológica ficará irremediavelmente prejudicado com a implantação do Parque Eólico da Serra do Marão, por isso subscreve a conclusão do parecer, informando que a Sociedade Geológica de Portugal *“é frontalmente contra a instalação do*



	<i>Parque Eólico da Serra do Marão.”</i>
<b>Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão</b>	<p>Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, a Consulta Pública (CP) decorreu durante 30 dias úteis, de 15 de abril a 29 de maio de 2019, tendo sido recebidas 15 exposições com a seguinte proveniência: Câmara Municipal de Amarante; Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR); Estado Maior da Força Aérea - EMFA; Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC); Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM); EDP Distribuição; Turismo de Portugal, IP; Direção-Geral do Território (DGT); ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável; Grupo Lobo; QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza; Sociedade ACCIONA EÓLICA PORTUGAL S.A (AEP), representada por Manuel Carlos Pinto Brandão Barbosa Conselho Diretivo dos Baldios de Cotorinho; 2 cidadãos a título particular.</p> <p><b>Síntese dos resultados da consulta pública</b></p> <p>A <u>Câmara Municipal de Amarante</u> transmite as principais características da área afetada pelo projeto, propondo algumas medidas que devem ser tomadas em consideração no caso do projeto vir a ser construído.</p> <p>A <u>DGADR</u>, o <u>EMFA</u>, a <u>ANAC</u>, a <u>ANACOM</u>, a <u>EDP Distribuição</u>, <u>Turismo de Portugal</u>, <u>IP</u> e a <u>DGT</u>, não se opõem à construção do parque eólico na serra do Marão.</p> <p>Por outro lado, destaca-se a participação da <u>ZERO</u>, do <u>Grupo Lobo</u> e da <u>QUERCUS</u>, que apresentam uma posição desfavorável ao projeto pelos impactos negativos que este projeto irá gerar na área em questão.</p> <p>De referir também a participação de dois cidadãos que se opõem à construção do parque eólico devido aos impactos negativos do projeto sobre os valores naturais existentes na área afetada.</p> <p>A <u>Sociedade ACCIONA EÓLICA PORTUGAL,S.A (AEP)</u> chama a atenção para o facto de aerogerador AG1 se encontrar muito próximo dos aerogeradores de um parque eólico existente, o que poderá traduzir em impactos na produção de energia produzida decorrente do “efeito esteira”.</p> <p><b>Consideração dos resultados da consulta pública no contexto da presente decisão</b></p> <p>Na sequência do veiculado nas exposições recebidas e acima sintetizadas, considera-se que a generalidade das questões foram consideradas na avaliação desenvolvida e encontram-se salvaguardadas pela presente decisão.</p>
<b>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto</b>	<p>O projeto em análise é compatível com os instrumentos de gestão do território (IGT) em vigor para os concelhos abrangidos, com exceção da localização do aerogerador 7 que não é compatível com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Amarante, por se localizar numa categoria de espaço natural onde não é</p>

<b>com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</b>	<p>permitido a construção deste tipo de edificação.</p> <p>Ao nível das Condicionantes ao Uso do Solo são intercetadas áreas inseridas em Reserva Ecológica Nacional.</p>
--	---

<b>Razões de facto e de direito que justificam a decisão</b>	<p>A localização do projeto coincide com áreas pertencentes à Rede Natura, Sítio de Importância Comunitária (SIC) PTCON0003, designado por Alvão/Marão, e na Zona Importante para as Aves e Biodiversidade (IBA) “Serras de Alvão e Marão” (PT049).</p> <p>A área de estudo localiza-se ainda a cerca de 4 km a sul do Parque Natural do Alvão e a cerca de 18 km a norte do SIC Montemuro (PTCON0025). O Sítio “Alvão/Marão” engloba uma grande diversidade de habitats naturais, onde predominam os “carvalhais de carvalho-roble e carvalho-negral” (9230) e as “charnecas secas europeias” (4030).</p> <p>Nesta serra encontra-se o Geossítio denominado “Quartzitos da Serra do Marão”. Segundo a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) (RCM n.º.55/2018, de 7 de maio), devem ser promovidas as medidas necessárias para assegurar a concretização da conservação, preservação e proteção dos Geossítios. Salienta-se que estes Geossítios são considerados de importância nacional como património geológico.</p> <p>Relativamente ao Geossítio afetado importa referir que, de acordo com o parecer externo da Sociedade Geológica de Portugal, o mesmo foi considerado como notável para a observação dos Quartzitos do Ordovícico inferior, pela excelente vista que se tem de um pequeno miradouro natural localizado a cerca de 500 metros a norte do vértice geodésico do Marão, e que permite <i>“observar com todo o detalhe uma sequência completa da formação quartzítica, afetada por magníficas estruturas (dobras e falhas Variscas) permitindo uma perspetiva sem igual em Portugal”</i>.</p> <p>O projeto está também inserido em terrenos submetidos ao Regime Florestal, incluídos nos perímetros florestais das serras do Marão (Vila Real) e Ordem e serras do Marão (Vila Real) e Meia Via.</p> <p>Na envolvente, de 6 km, da área do projeto existem diversos parques eólicos em exploração, totalizando, atualmente, pelo menos 60 aerogeradores. Alguns destes aerogeradores encontram-se instalados nos mesmos cumes previstos para a instalação de aerogeradores do presente projeto. Destes parques eólicos destacam-se o de Pena Suar (20+3+1 aerogeradores), Portal da Freita I e II (1+1 aerogeradores), Penedo Ruivo (10 aerogeradores), Mafomedes (2 aerogeradores), Chorida I e II (1+1 aerogeradores), Seixinhos (8 aerogeradores), Baião (3 aerogeradores) e Teixeira (4+3 aerogeradores).</p> <p>Assim, atendendo aos valores e condicionantes territoriais em presença, bem como às características e dimensão do projeto, foram considerados como</p>
--	---

fatores ambientais determinantes para a avaliação desenvolvida a Geologia e Geomorfologia, os Sistemas Ecológicos e a Paisagem. A Socioeconomia foi considerada como fator ambiental relevante.

Na Geologia e Geomorfologia, a afetação do Geossítio “Quartzitos da Serra do Marão” implica a ocorrência de impactes negativos muito significativos e não minimizáveis numa área proposta como de relevância nacional. Este Geossítio foi considerado como notável para a observação dos Quartzitos do Ordovícico inferior.

Relativamente aos impactes diretos do projeto sobre o património geológico, salienta-se: o alargamento da estrada florestal para acesso aos aerogeradores, que terá impactes negativos significativos e irreversíveis nas secções-tipo do Ordovícico; e a localização da subestação que pode levar à total destruição de um dos estratotipos da Formação Vale de Bojas, particularmente o estratotipo do Membro Bojas, também afetado pela implantação do AG1.

Ainda sobre este fator ambiental, salienta-se os impactes negativos identificados pelos dois pareceres externos recebidos. Ambos os pareceres identificam impactes negativos muito significativos do projeto sobre a geologia, sendo que o parecer da ProGEO Portugal salienta o impacto negativo do acesso ao AG2 que implica a destruição de estruturas sedimentares do Membro Ermida da Formação Marão, consideradas de grande valor científico; e o parecer da Sociedade Geológica de Portugal que destaca a localização do AG3 que se encontra sobre um limite geológico entre duas formações muito raro de observar, e salienta a importância geológica e da paisagem geomorfológica da área em questão, que será irremediavelmente afetada negativamente com implantação do parque eólico.

Relativamente aos Sistemas Ecológicos, atendendo à tipologia do projeto em avaliação e aos valores ecológicos identificados na área a intervencionar, considera-se que o projeto irá induzir impactes negativos significativos sobre valores naturais presentes na zona de implantação do projeto, em particular sobre o Geossítio, a avifauna, os quirópteros e mamíferos, em particular o lobo-ibérico.

Na fase de construção, os principais impactes negativos sobre a flora e a vegetação advêm da destruição direta da vegetação nos locais onde serão implantadas as diversas infraestruturas do projeto, sendo que se trata de um local onde ocorre uma grande diversidade de habitats naturais.

Os principais impactes sobre a fauna decorrentes da fase de construção correspondem à perda de habitat, à mortalidade por atropelamento de espécies com menor mobilidade e à perturbação dos animais. Nesta área pode ocorrer uma importante diversidade de animais, e estão presentes algumas espécies protegidas por legislação, entre as quais, espécies sensíveis a impactes gerados por esta tipologia de projeto.

De salientar ainda, pela sua importância em termos de conservação e face à confirmação da sua presença na região, o lobo-ibérico que sofrerá igualmente um impacto negativo durante a fase de construção, em particular porque é

uma espécie muito sensível à presença humana.

De salientar também que o parque eólico em avaliação irá afetar áreas sujeitas a medidas compensatórias resultantes da construção de outros parques eólicos existentes na envolvente. Estas áreas de compensação pretendem criar zonas exclusivas para a conservação da natureza, através da recuperação de áreas de habitat natural e potenciação do seu valor ecológico, da criação e potenciação de zonas de alimentação para espécies com estatuto de ameaça relevante como são o lobo e as aves de rapina. Estas zonas, e todo o trabalho ali desenvolvido, ver-se-iam significativamente afetados com a implementação deste parque eólico.

Os principais impactes causados na fauna durante a fase de exploração dizem respeito ao risco de colisão de aves e morcegos com os aerogeradores e ao possível abandono das imediações da área do projeto por espécies mais sensíveis.

Relativamente à avifauna, a área de estudo sobrepõe-se a áreas de proteção de ninhos de aves de rapina, ou outras. Esta zona é uma área muito sensível para aves de rapina, localizando-se o parque eólico na proximidade de várias áreas de proteção: referenciada a nidificação potencial e assentamento de águia-real, área Crítica para rapinas, e ainda uma área Muito Crítica para a Águia-caçadeira e para o Falcão-peregrino. Recorde-se que a águia-caçadeira está classificada em perigo de extinção (EN) e o falcão-peregrino é considerado vulnerável (VU) no nosso país. Ambas as espécies são consideradas muito vulneráveis a parques eólicos, apresentando elevada sensibilidade à colisão com aerogeradores. É ainda uma área crítica (envolvente de 2 km) a um ninho de bufo-real. Face à dimensão do projeto e à sua localização, considera-se que o impacto resultante da colisão de aves com as pás rotativas pode ser muito significativo, de magnitude elevada, permanente e irreversível.

No que se refere aos morcegos, a área de estudo encontra-se inserida em área de proteção para abrigos de morcegos de importância nacional, e de importância regional, nos quais foram identificadas espécies com estatuto de proteção. Tendo em consideração os aerogeradores deste parque eólico, considera-se que o impacto sobre os quirópteros será muito significativo, de magnitude moderada, permanente e irreversível.

Ao nível da Paisagem os impactes decorrem fundamentalmente da intrusão visual que resulta da presença dos aerogeradores, sendo que estes têm um impacto visual negativo sobre áreas com Qualidade Visual “Elevada”. No caso em concreto do impacto sobre Zona Especial de Proteção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro (ADV), cuja classe a que pertence é “Elevada”, ou mesmo “Muito Elevada, verifica-se serem os aerogeradores AG1, AG2, AG3 e AG4 os que afetam maior área da ZEP, fundamentalmente na parte NE da Serra do Marão.

No local de implantação, e envolvente próxima, os valores em presença têm um elevado, ou mesmo muito elevado, valor cénico. São valores/atributos visuais de elevada relevância e que contribuem grandemente para o valor visual da Paisagem. A localização dos aerogeradores terá sobre estes valores

um impacto visual negativo e muito significativo. De referir a muito significativa intrusão visual do projeto que irá comprometer gravemente a imponência do Geossítio identificado, para a qual não se reconhecem medidas de minimização.

Os aerogeradores serão visualizáveis de várias perspetivas, e de vários ângulos, que, ou se interporiam entre o observador e o Geossítio ou surgiriam com “pano de fundo” deste. A própria linha elétrica com os seus apoios terá igualmente um impacto negativo sobre os afloramentos rochosos e escarpas existentes e os seus apoios afetam a escada dos valores em presença, embora não com a mesma magnitude e significância.

Assim, considera-se que o projeto terá, ao nível da paisagem, um impacto negativo, de magnitude média a elevada, e significativo a muito significativo no Geossítio da Serra do Marão e em todos os afloramentos e escarpas identificados na área.

Já ao nível da Socioeconomia foram identificados impactos positivos significativos a nível nacional, regional e local. A nível nacional, o projeto contribuirá para os objetivos da Estratégia Nacional de Energia, que em 2020, 60% da eletricidade produzida tenha origem em fontes renováveis. A nível regional e local, o aumento das fontes municipais de rendimento, irá gerar um impacto positivo e significativo, já que a exploração fornecerá um rendimento fixo em benefício dos municípios e dos proprietários dos terrenos envolvidos.

De destacar ainda os resultados da consulta pública, em particular a participação da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, do Grupo Lobo e da QUERCUS- Associação Nacional de Conservação da Natureza, que apresentam uma posição desfavorável ao projeto pelos impactos negativos que o mesmo irá gerar na área em questão. De referir também a participação de dois cidadãos que se opõem à construção do parque eólico devido aos impactos negativos do projeto sobre os valores naturais existentes na área afetada e já acima identificados.

Em síntese, da avaliação desenvolvida foram identificados impactos negativos significativos e muito significativos, nalguns casos não minimizáveis, ao nível de fatores ambientais determinantes, como a geologia e geomorfologia, os sistemas ecológicos e a paisagem, destacando-se:

- os impactos negativos muito significativos e não minimizáveis ao nível do Geossítio “Quartzitos da Serra do Marão”, que será afetado por todo o parque eólico, e principalmente pela localização da subestação, do AG1, AG2 e AG3;
- os impactos negativos significativos e não minimizáveis decorrentes da afetação de valores naturais ameaçados e/ou protegidos que ocorrem na Serra do Marão que permitiram determinar a classificação do SIC Alvão-Marão, afetando a integridade do mesmo.;
- os impactos negativos, significativos a muito significativos, e não minimizáveis ao nível da paisagem, com a afetação da ZEP do Alto Douro Vinhateiro (AG1, AG2, AG3 e AG4), Geossítio da Serra do Marão

	<p>e todos os afloramentos e escarpas identificados na área.</p> <p>Face ao exposto, tendo em conta os resultados da avaliação desenvolvida e da participação pública, considera-se que, apesar dos impactes positivos do projeto na Estratégia Nacional de Energia, tendo em conta os impactes negativos significativos e muito significativos, não minimizáveis ao nível de fatores ambientais determinantes, o projeto não é compatível com a salvaguarda dos valores ambientais existentes na área afetada.</p> <p>Neste sentido, emite-se decisão desfavorável ao Parque Eólico da Serra do Marão.</p>
--	---